



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número IXI (/) .ª)

PERGUNTA Número 47/4 IXI (/) .ª)

Assembleia da República Gabinete do Presidente	Expeça-se
N.º de Entrada 367243	Publique-se
Classificação	2010/07/27
05/04/02/ / / /	O Secretário da Mesa
Data	<i>[Signature]</i>
10/07/26	

**Assunto: Actuação do Igespar na construção de esplanadas na Praça Parada
Leitão, Porto**

Destinatário: Ministério da Cultura

*Por determinação do S.E.C.P.A.R. e
do Secretário da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

10.07.26
[Signature]

Recentemente foi tornada pública a decisão do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (Igespar) sobre as esplanadas que foram construídas na Praça Parada Leitão, no Porto. O Igespar decidiu chumbar estas esplanadas, que já estão em funcionamento desde Abril, considerando que estas são mais próximas da tipologia construtiva de um edifício do que de um equipamento que deveria ser, por definição, pouco construído e com carácter precário.

O Bloco de Esquerda subscreve esta decisão, uma vez que estes volumes limitam a fruição do espaço público, e são particularmente lesivos tendo em conta que estão inseridas na zona de protecção da Igreja da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Aliás, o facto de estas esplanadas terem sido construídas nesta zona de protecção, obrigava à análise e autorização por parte do Igespar.

Acontece que a Câmara Municipal do Porto, que autorizou a construção das esplanadas, não considerou ser necessária a submissão do projecto ao Igespar. Entretanto, o Igespar viu as esplanadas a serem construídas, percebeu o seu volume e dimensão, a sua tipologia construtiva, a limitação do espaço público que viria a provocar e decidiu, por duas vezes, escrever à Câmara Municipal do Porto, solicitando dados, projecto e justificação da construção em curso. A Câmara do Porto não respondeu a nenhuma das solicitações do Igespar e a obra foi avançando até à sua inauguração em Abril deste ano. E é só depois da sua construção, inauguração e colocação em funcionamento que o Igespar emite um parecer que chumba estas mesmas esplanadas.

Para o Bloco de Esquerda é incompreensível a forma como a Câmara do Porto pôde desrespeitar assim um Instituto como o Igespar, não respondendo sequer às suas cartas; da mesma forma que é

incompreensível a passividade na actuação do Igespar que viu a obra a ser construída e, perante a ausência de resposta da Câmara do Porto, permitiu a continuação da construção destas mesmas esplanadas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

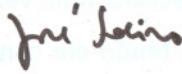
1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Como se justifica que o Igespar não tenha actuado antecipadamente, quando se percebia claramente que estava em curso uma obra que não se poderia realizar sem a autorização deste mesmo Instituto?
3. Como se justifica que, perante o silêncio e desrespeito da Câmara do Porto para com o Igespar, este Instituto não tenha tido uma outra forma de actuação mais activa e determinada no esclarecimento da situação em curso na zona da Praça de Parada Leitão?

Palácio de São Bento, 22 de Julho de 2010.

Os Deputados



João Semedo



José Soeiro



Catarina Martins